

CURRÍCULOS DO SILÊNCIO:

juventude negra LGBTQIAP+ e invisibilidade no ensino de saúde sexual no Pará

Guilherme da Silva Pereira¹
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumo

Este artigo analisa o silenciamento curricular das vivências sexuais e afetivas da juventude negra lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, interssexuais, assexuais e pansexuais e mais (LGBTQIAP+) no Pará e sua conexão com a vulnerabilidade ao HIV/Aids. O objetivo é investigar como currículos e políticas educacionais estaduais abordam ou omitem a saúde sexual deste grupo, com foco em masculinidades negras e identidades dissidentes. Adotando uma metodologia de análise documental, que examinou políticas curriculares nacionais, estaduais e análise epidemiológica. O estudo se fundamenta em referenciais críticos como necropolítica, performatividade de gênero e interseccionalidade. Os resultados apontam uma significativa invisibilidade destas juventudes nos documentos oficiais, o que reflete e reforça o racismo institucional e opera segundo uma lógica necropolítica ao precarizar corpos negros. Conclui-se que tal silenciamento contribui para as elevadas taxas de infecção por Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/Aids) na região, evidenciando a urgência de construir currículos de saúde sexual antirracistas, inclusivos e que reconheçam as complexas interseccionalidades de raça, gênero e sexualidade no contexto paraense.

Palavras-chave

Saúde Sexual; Juventude Negra; LGBTQIAP+; Masculinidades Negras; HIV/Aids.

¹ Doutorando em Educação no PPGED-UFPA. E-mail: Gui_wilian3@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6198-1568>.

Introdução

A epidemia de Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/Aids) no Brasil configura um cenário complexo, profundamente atravessado por desigualdades sociais, raciais e de gênero que moldam tanto os perfis epidemiológicos quanto às respostas em saúde pública. Apesar de conquistas importantes, como a ampliação do acesso ao tratamento antirretroviral e a introdução de tecnologias preventivas como a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), desafios significativos persistem, especialmente no alcance a populações historicamente vulnerabilizadas. Dados recentes do Boletim Epidemiológico de 2024 (Ministério da Saúde) ilustram essa tensão: enquanto a mortalidade por Aids atingiu o menor patamar desde 2013 (3,9 óbitos/100 mil hab.), houve um aumento de 4,5% nos novos diagnósticos de HIV em 2023. Esse aumento, embora possa refletir melhorias no diagnóstico associadas à PrEP, sinaliza a necessidade urgente de aprimorar as estratégias de prevenção e direcioná-las de forma mais eficaz.

Neste contexto, a população negra se destaca como desproporcionalmente afetada. O mesmo boletim aponta que 63,2% dos novos casos de HIV em 2023 foram notificados entre pessoas autodeclaradas pretas e pardas. Essa sobrerrepresentação, longe de ser um dado isolado, reflete a persistente intersecção entre o racismo estrutural e as vulnerabilidades em saúde no país. Outros indicadores reforçam essa disparidade: em 2023, 67,7% das gestantes com HIV eram negras, e dados de 2022 mostram que a mortalidade por Aids entre negros foi quase o dobro da registrada entre brancos. Tais números evidenciam a insuficiência de abordagens puramente biomédicas e clamam por análises que considerem as estruturas sociais que perpetuam essas desigualdades.

A situação é ainda mais crítica na Região Norte, com o estado do Pará apresentando indicadores particularmente alarmantes. A região concentrou a maior taxa de detecção de Aids do Brasil em 2023 (26% dos casos). Belém figurava, em 2023, como a segunda capital com mais pessoas vivendo com HIV/Aids, e o Pará como o terceiro estado em número de casos de HIV. Somente em 2022, o estado

registrou 3.620 novos casos de HIV, 872 de Aids e 727 óbitos relacionados à doença, com a faixa etária de 20 a 34 anos sendo a mais impactada.

Diante desse panorama epidemiológico marcado pela desigualdade, este artigo direciona seu foco para o currículo escolar, compreendido como um espaço crucial na formação de subjetividades e na circulação de informações sobre saúde. A hipótese central é que os currículos, tanto em âmbito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto estadual (Pará), frequentemente operam por meio do silenciamento e da invisibilidade das experiências sexuais, afetivas e de saúde da juventude negra, sobretudo quando interseccionadas por identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes da norma heterocisgênera, tais como lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, interssexuais, assexuais e pansexuais e mais (LGBTQIAP+). Argumenta-se que a ausência de debates que contemplem as interseccionalidades de raça, gênero e sexualidade nos espaços educativos reforça vulnerabilidades e impede o desenvolvimento de estratégias de prevenção e cuidado culturalmente sensíveis e eficazes para esses jovens.

A problemática investigada reside, portanto, em analisar como essa invisibilidade curricular no contexto paraense se conecta às elevadas taxas de infecção por HIV/Aids na juventude negra local. O estudo questiona de que forma a carência de representatividade e a falta de abordagem das complexidades das masculinidades negras, das identidades LGBTQIAP+ e das relações étnico-raciais no ensino de saúde sexual afetam a percepção de risco, o acesso à informação e aos serviços de prevenção (como a PrEP) e, conseqüentemente, a saúde integral desses jovens. À luz de Achille Mbembe (2018), esse silenciamento curricular pode ser interpretado como um mecanismo de necropolítica, que negligencia as condições de vida e bem-estar de segmentos populacionais específicos.

Deste modo ele não é acidental, mas um reflexo de estruturas de poder que marginalizam certos corpos e saberes. Como argumenta Tomaz Tadeu da Silva, o currículo é muito mais do que uma lista de conteúdos; ele é um "documento de identidade" que ativamente produz subjetividades (Silva, 2011). Ao omitir as vivências da juventude negra LGBTQIAP+, o currículo não apenas falha em representar, mas forja uma identidade hegemônica, branca e cis-heteronormativa como a única digna de existência e cuidado. Esse processo de seleção e exclusão de conhecimentos é,

portanto, um ato político que define quais vidas importam e quais são relegadas à invisibilidade, estabelecendo as bases para a vulnerabilidade fabricada que será discutida neste artigo.

Por estes motivos, a relevância desta pesquisa está na urgência de expor esses mecanismos de exclusão na educação e de apontar caminhos para práticas pedagógicas e políticas curriculares antirracistas, antissexistas e promotoras da saúde sexual inclusiva. O objetivo geral é analisar como os currículos e políticas educacionais no Pará abordam ou silenciam a saúde sexual da juventude negra LGBTQIAP+, com foco nas masculinidades negras (gays, bissexuais, homens trans, etc.) e sua relação com a vulnerabilidade ao HIV/Aids. Os objetivos específicos incluem: mapear diretrizes sobre saúde sexual na BNCC e documentos paraenses relacionados a área da saúde e educação; identificar a presença/ausência de conteúdos interseccionais; discutir os impactos do silenciamento curricular (usando referenciais como necropolítica, performatividade de gênero, interseccionalidade, racismo institucional); e propor caminhos para currículos antirracistas e inclusivos no Pará. O artigo se estrutura apresentando o referencial teórico, a metodologia (análise documental e de dados epidemiológicos), a análise dos resultados e as considerações finais.

Raça, Necropolítica e os Corpos (In)Visíveis

Para compreender os silenciamentos e vulnerabilidades que afetam a saúde sexual da juventude negra LGBTQIAP+ no contexto educacional paraense, é fundamental definir os conceitos de raça e racismo, que estruturam este trabalho. Longe de uma acepção biológica, a raça é aqui compreendida como uma construção social e política, um "dispositivo de poder" (Mbembe, 2018) historicamente forjado para criar hierarquias e justificar a dominação. O racismo, por sua vez, não é entendido como um ato isolado de preconceito, mas como um sistema que opera de forma estrutural. Conforme define Silvio Almeida (2019), o racismo é uma "modalidade de racionalidade" que organiza as relações políticas, econômicas e jurídicas, distribuindo de maneira desigual recursos, poder e a própria vida. Esse arcabouço se articula com a teoria do biopoder de Michel Foucault (1988), que descreve a gestão

moderna da vida das populações através de instituições como: a escola. Contudo, a análise foucaultiana é aqui tensionada, pois, para entender a realidade brasileira, é preciso reconhecer que essa gestão da vida sempre foi atravessada pela lógica racial, que determina quais corpos são otimizados e quais são precarizados.

É nesse ponto que o conceito de racismo institucional se torna central, e a teoria da necropolítica de Mbembe (2018) se mostra indispensável. O racismo institucional, conforme teorizado por Sueli Carneiro (2023), manifesta-se no funcionamento das instituições, que, mesmo sem a intenção explícita de discriminar, reproduzem a desigualdade racial em suas normas, práticas e culturas. O silenciamento curricular no ensino de saúde sexual para a juventude negra LGBTQIAP+ no Pará é um exemplo paradigmático: ele opera como um mecanismo institucional que falha em proteger e informar corpos negros, tornando-os vulneráveis. Mbembe (2018) aprofunda essa análise ao argumentar que o racismo é o motor da necropolítica, a tecnologia que justifica a exposição de corpos racializados a uma morte em vida. A soberania, em contextos pós-coloniais, reside no poder de impor condições de existência precárias. Assim, a invisibilidade da juventude negra LGBTQIAP+ no currículo não é uma mera omissão, mas uma ação necropolítica que, ao negar saberes e existência, administra a morte simbólica e contribui para a morte física, materializada nas altas taxas de HIV/Aids no estado.

Finalmente, para que essa análise não homogenize a experiência negra, a interseccionalidade é mobilizada como ferramenta analítica e política. Cunhado por Kimberlé Crenshaw, o conceito foi aprofundado por intelectuais como Patricia Hill Collins (2000), que o descreve como uma matriz de dominação onde raça, classe, gênero e sexualidade não são eixos separados, mas sistemas de poder que se sobrepõem e se reforçam mutuamente. No contexto deste artigo, a interseccionalidade permite compreender como o racismo institucional e a necropolítica curricular impactam de maneira específica os corpos da juventude negra e LGBTQIAP+. Não se trata de uma simples soma de opressões, mas de uma experiência qualitativamente distinta de vulnerabilidade, produzida no cruzamento dessas estruturas de poder. Ignorar essa complexidade seria reproduzir, no nível da análise, o mesmo apagamento que se critica no currículo.

Aplicando a necropolítica à análise dos currículos e políticas de saúde sexual, questiona-se como o silenciamento sobre as especificidades da juventude negra LGBTQIAP+ contribui para sua exposição a riscos como o HIV/Aids. Este currículo, ao operar pela ausência, funciona como uma tecnologia de governo que administra a vida e a morte. Conforme aponta Nilma Lino Gomes (2017), o racismo institucional na educação se manifesta precisamente nesse silenciamento, que nega o direito à existência plena e saudável de corpos negros e neste caso, os corpos da juventude negra LGBTQIAP+. A omissão curricular torna-se, assim, uma ferramenta necropolítica: ao negar saberes preventivos e de autocuidado que dialoguem com as realidades desses jovens, o Estado, por meio da escola, os abandona a uma condição de precariedade, tornando seus corpos mais suscetíveis à doença e à morte. Este abandono estatal se materializa de forma contundente na arquitetura das políticas públicas brasileiras.

Segundo a análise documental realizada por Guilherme Pereira (2022), existe um "padrão sistemático e persistente de invisibilidade programática dos homens negros". Documentos fundamentais das áreas de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Saúde, como o Estatuto da Igualdade Racial e a própria Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), recorrem a categorias genéricas como "população negra" ou "homem", sem nomear as especificidades interseccionais que marcam a experiência dos homens negros. Essa omissão não é uma falha técnica, mas um "apagamento político e epistêmico" que dilui as demandas deste grupo e dificulta a criação de respostas eficazes (Pereira, 2022, p. 131). O silêncio institucional, portanto, opera como uma tecnologia de poder que, ao se recusar a nomear, recusa-se a reconhecer e, consequentemente, a agir.

Se a ausência de um olhar direcionado já é a norma para os homens negros em geral, a situação torna-se exponencialmente mais grave para aqueles atravessados por outras marcas de subalternidade, como a sexualidade e o gênero dissidentes. A invisibilidade se aprofunda, pois as políticas públicas raramente articulam as opressões de raça, gênero e sexualidade de forma complexa. Para a juventude negra LGBTQIAP+, este vácuo institucional significa a negação de seu status como "sujeito político com demandas próprias" (Pereira, 2022, p. 133). O abandono estatal, neste caso, é uma ação necropolítica que se manifesta na recusa

em produzir dados, formular protocolos de saúde e criar estratégias educacionais que dialoguem com suas realidades. Essa falha sistêmica em reconhecer a existência e as necessidades específicas deste grupo é o que legitima a precariedade e os expõe, de forma desproporcional, a desfechos adversos como a infecção pelo HIV, tornando-os "corpos que o Estado não vê", exceto sob a ótica da vulnerabilidade ou da criminalização.

Gênero, Sexualidade e Performatividade

A compreensão das experiências da juventude LGBTQIAP+ requer um diálogo crítico com as teorias de gênero e sexualidade, especialmente as contribuições de Judith Butler. A autora (2003a; 2017b) desafia a noção de uma identidade de gênero fixa e essencial, argumentando que o gênero é uma construção social performativa. Ou seja, o gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos através de atos corporais, gestos, discursos e performances repetidas e estilizadas, que produzem a ilusão de uma essência interior estável (masculina ou feminina). Essa performatividade é regulada por normas sociais que ditam quais performances de gênero são inteligíveis e aceitáveis, geralmente dentro de uma matriz heterossexual compulsória.

Butler (2017) critica a distinção binária e hierárquica entre sexo (biológico) e gênero (cultural), argumentando que o próprio sexo já é uma categoria discursivamente construída e generificada. A teoria queer, da qual Butler é uma expoente central, busca desestabilizar essas normas binárias e heterocentradas, abrindo espaço para a compreensão de identidades e expressões de gênero e sexualidade que escapam à norma. A performatividade, nesse sentido, não é apenas repetição da norma, mas também espaço de subversão e resignificação, onde novas possibilidades de ser e expressar o gênero podem emergir.

No contexto deste artigo, a teoria da performatividade é crucial para analisar como as masculinidades negras são construídas e performadas por jovens no Pará, e como essas performances são atravessadas por normas raciais, de classe e de sexualidade. Permite também compreender as experiências de jovens LGBTQIAP+ negros/as/es, cujas identidades e expressões desafiam múltiplas normas (de gênero,

sexualidade e raça) e enfrentam violências específicas. O currículo escolar, ao ignorar ou estigmatizar essas performances e identidades não-normativas, contribui para a manutenção de um ambiente hostil e excludente, impactando negativamente a saúde mental e sexual desses jovens.

A disputa curricular é, em sua essência, uma luta por representação e reconhecimento. Para Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2005), a implementação de diretrizes como as da Lei 10.639/03 não se resume a adicionar conteúdos, mas a desafiar a "monocultura" do saber escolar e a promover uma reeducação das relações. Ao silenciar sobre a diversidade de gênero e sexualidade, especialmente quando atravessada pela raça, o currículo reforça o que a autora chama de "racismo científico disfarçado", que patologiza e marginaliza identidades dissidentes. Essa violência simbólica legitima cruelmente a exclusão no espaço escolar e priva sobretudo, os estudantes negros de referenciais positivos, comprometendo sua capacidade de construir uma autoimagem e uma sexualidade saudáveis.

Interseccionalidade e Feminismo Decolonial

Para dar conta da complexidade das opressões vivenciadas pela juventude negra LGBTQIAP+, a ferramenta analítica da interseccionalidade é indispensável. Cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), o conceito refere-se à forma como diferentes eixos de opressão (como raça, gênero, classe, sexualidade etc.) se cruzam e se sobrepõem, criando experiências únicas de discriminação e vulnerabilidade que não podem ser compreendidas analisando cada eixo isoladamente. Patricia Hill Collins (2000) aprofunda essa perspectiva, destacando como as matrizes de dominação operam em múltiplos níveis (estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal).

O feminismo negro e o pensamento decolonial latino-americano oferecem contribuições fundamentais para refinar a análise interseccional, criticando a tendência de universalização das experiências a partir de um ponto de vista ocidental, branco e de classe média. Autoras como Ochy Curiel (2020) e Sueli Carneiro (2003) enfatizam a necessidade de partir das experiências situadas de mulheres e grupos subalternizados no Sul Global, reconhecendo a colonialidade do poder, do saber e do ser como um elemento estruturante das desigualdades. O feminismo decolonial, como

explica Curiel (2020), busca romper com a episteme eurocêntrica e patriarcal, valorizando os saberes e as lutas antirracistas, antissexistas e anticapitalistas que emergem das margens. Carneiro (2003), por sua vez, ao analisar a realidade brasileira, destaca como o racismo e o sexismo operam de forma articulada para produzir a subalternização específica das mulheres negras.

A perspectiva interseccional e decolonial permite analisar como as vulnerabilidades da juventude negra LGBTQIAP+ no Pará são produzidas na confluência: do racismo, da LGBTfobia, do machismo, da pobreza e das especificidades regionais amazônicas. Um currículo de saúde sexual que ignore essas intersecções falha em oferecer ferramentas relevantes para que esses jovens compreendam suas próprias realidades e desenvolvam estratégias de autocuidado e resistência.

A interseccionalidade, neste contexto, não é apenas uma categoria de análise, mas uma exigência pedagógica. Nilma Lino Gomes (2017) ressalta que a luta antirracista na educação passa pelo reconhecimento de que as experiências dos sujeitos são complexas e indissociáveis. Um currículo que se pretende crítico precisa, portanto, abandonar a fragmentação e abordar raça, gênero e sexualidade de forma articulada. É preciso, portanto, uma abordagem curricular que reconheça e valide essas múltiplas identidades e experiências, promovendo uma educação situada e crítica, capaz de instrumentalizar a juventude negra LGBTQIAP+ não apenas para a prevenção, mas para a luta por seus direitos e pelo reconhecimento de suas próprias vidas.

Masculinidades Negras em Perspectiva

A discussão sobre saúde sexual e HIV/Aids na juventude negra não pode ignorar a questão das masculinidades. Os estudos sobre masculinidades, impulsionados inicialmente pelo feminismo, buscam desnaturalizar o masculino, compreendendo-o também como uma construção social plural e hierárquica. No contexto brasileiro, a análise das masculinidades negras é particularmente relevante, dada a forma como o racismo histórico moldou estereótipos e impôs violências específicas aos homens negros (hooks, 2004; Fanon, 1967).

Homens negros são frequentemente representados através de estereótipos contraditórios: ora como hipersexuais e ameaçadores, ora como infantilizados ou emasculados. Essas representações impactam a construção de suas identidades, suas relações afetivas e sexuais, e seu acesso à saúde. Alan Augusto Moraes Ribeiro (2015), pesquisador com foco na realidade amazônica e paraense, contribui significativamente para essa discussão. Em seu trabalho “Homens Negros, Negro Homem: sob a perspectiva do feminismo negro”, Ribeiro (2015) argumenta que as masculinidades negras são atravessadas por uma “ambivalência”, sendo simultaneamente percebidas como lugar de privilégio (em relação às mulheres) e de subordinação (em relação aos homens brancos e ao sistema racista). Ele enfatiza a importância da interseccionalidade para analisar como diferentes sujeitos negros vivenciam as masculinidades de maneiras distintas, tensionando lógicas dicotômicas.

Esses estereótipos, fundamentados em um imaginário racial colonial, operam como um mecanismo de controle que justifica a exclusão e a violência. A figura do homem negro hipersexualizado, por exemplo, é historicamente mobilizada para pintá-lo como uma ameaça à ordem social, legitimando sua criminalização e a vigilância constante sobre seu corpo. Como adverte Fanon (2020), o homem negro é fixado por esse olhar branco que o aprisiona em um estereótipo, negando-lhe a complexidade de sua existência e subjetividade. Essa fixação tem consequências materiais diretas: no campo da saúde, o estereótipo pode levar à negligência (pois seu corpo é visto como “naturalmente” forte e resistente) ou ao tratamento desumanizado (pois é visto como perigoso ou menos sensível à dor). No acesso a outros direitos básicos, como moradia, trabalho e educação, a imagem do “negro ameaçador” serve como barreira, perpetuando um ciclo de marginalização que define quem é digno de cidadania e quem é relegado à condição de “outro”.

É nesse contexto que se manifesta o que chamo de paradoxo necropolítico: quando corpos negros são simultaneamente empurrados para uma invisibilidade institucional e submetidos a uma hipervisibilidade punitiva. Tal paradoxo não expressa uma inconsistência do aparato do Estado Brasileiro, mas uma tecnologia de poder. A invisibilidade institucional, (assim como o silenciamento curricular sobre suas vivências e necessidades de saúde) não nega a hipervisibilidade punitiva; ela a possibilita. Ao negar ao jovem negro o direito de se ver representado positivamente e

de acessar conhecimentos que promovam seu autocuidado, o Estado o torna "invisível" como sujeito de direitos. Contudo, esse mesmo corpo torna-se "hipervisível" para o braço punitivo do Estado, sendo o alvo preferencial da violência policial e do encarceramento. Essa lógica, que naturaliza a exposição diferencial desses corpos à morte, é a mais pura expressão do conceito de raça como um dispositivo que, segundo Mbembe (2018), fundamenta o poder soberano de "deixar morrer". O currículo escolar, ao participar dessa invisibilidade, torna-se cúmplice dessa engrenagem necropolítica.

Sendo assim, a análise das masculinidades negras é crucial para entender as vulnerabilidades específicas dos jovens negros (cis e trans) ao HIV/Aids. A pressão para performar uma masculinidade hegemônica (muitas vezes associada à virilidade, à heterossexualidade compulsória e à aversão ao cuidado), combinada com o racismo e a falta de espaços seguros para discutir sexualidade e saúde, pode levar a comportamentos de risco e dificultar a busca por prevenção e tratamento. Neste contexto, um currículo que aborde criticamente as construções de masculinidades negras, valorizando a diversidade de experiências e promovendo o cuidado de si e do outro, é ainda mais fundamental para a saúde sexual de jovens negros.

Vale lembrar que o currículo, como um projeto de formação humana, está intrinsecamente ligado às questões de poder e identidade (Silva, 2011). Ao apresentar um modelo único e hegemônico de masculinidade, frequentemente associado à masculinidade branca, eurocêntrica e cisheteronormativa, tais currículos de silêncio na escola contribuem para a alienação de jovens negros cujas performances de gênero escapam a essa norma. Desconstruir esse modelo e apresentar masculinidades negras plurais, afetivas e dissidentes é uma tarefa urgente do currículo escolar. Trata-se de questionar "quais conhecimentos são considerados importantes" e, fundamentalmente, "que tipo de pessoa se quer formar", transformando o currículo em uma ferramenta para a construção de masculinidades antirracistas e promotoras da saúde.

Saúde da População Negra, Educação e Racismo Institucional

Por fim, a análise da invisibilidade curricular educacional e da vulnerabilidade em saúde deve ser situada no quadro mais amplo do racismo institucional. Conceito

desenvolvido por teóricos como Stokely Carmichael e Charles Hamilton, e aprofundado no Brasil por autoras como Sueli Carneiro (2005) e Jurema Werneck (2016), o racismo institucional refere-se às formas como as instituições (públicas e privadas) operam, através de suas normas, práticas e culturas organizacionais, para produzir e reproduzir desigualdades raciais, mesmo na ausência de intenção discriminatória individual.

Werneck (2016), ao analisar o campo da saúde, demonstra como o racismo institucional se manifesta na dificuldade de acesso da população negra aos serviços, na menor qualidade do atendimento, na invisibilidade de suas demandas específicas nos protocolos e na sub-representação de profissionais negros em cargos de decisão. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída em 2009, representa um avanço importante ao reconhecer o racismo como determinante social da saúde e propor ações específicas, mas sua implementação enfrenta inúmeros desafios e resistências.

No campo da educação, o racismo institucional também se faz presente, se manifestando em currículos eurocêntricos que silenciam a história e a cultura afro-brasileira e indígena, em práticas pedagógicas que reproduzem estereótipos, na baixa expectativa em relação ao desempenho de estudantes negros e na própria composição racial do corpo docente e gestor. A Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, é um marco legal importante, mas sua efetivação ainda é desigual e muitas vezes superficial.

A articulação entre o racismo institucional na saúde e na educação é nefasta para a juventude negra LGBTQIAP+. A escola, que deveria ser um espaço de acolhimento e formação crítica, muitas vezes reproduz as mesmas lógicas de exclusão e silenciamento encontradas nos serviços de saúde. Um currículo que não aborda o racismo, a LGBTfobia e suas intersecções falha em preparar os jovens para lidar com as barreiras que encontrarão na sociedade e no acesso aos seus direitos, incluindo o direito à saúde sexual. Portanto, pensar em currículos antirracistas e sexualmente emancipadores implica necessariamente em desafiar o racismo institucional em suas múltiplas manifestações.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental como principal estratégia metodológica. A natureza qualitativa justifica-se pela busca em compreender em profundidade os sentidos, as ausências e as representações presentes nos documentos curriculares e políticas públicas que orientam a educação e a saúde sexual no estado do Pará, relacionando-os ao contexto epidemiológico e social da juventude negra LGBTQIAP+. A análise documental, por sua vez, permite examinar fontes primárias e secundárias que constituem o corpus da investigação, buscando interpretar seus conteúdos à luz do referencial teórico adotado e dos objetivos propostos (Cellard, 2008).

A pesquisa adota um caráter exploratório e analítico. Exploratório, na medida em que busca mapear e descrever como a temática da saúde sexual, com recortes de raça, gênero e sexualidade, é tratada (ou omitida) nos documentos oficiais que regem a educação básica e as políticas de saúde no Pará. Analítico, pois não se limita à descrição, mas propõe uma interpretação crítica desses documentos e dos dados epidemiológicos, correlacionando-os e discutindo seus significados e implicações a partir das lentes teóricas da interseccionalidade, da necropolítica e dos estudos de gênero e raça.

O corpus documental da pesquisa foi composto por um conjunto diversificado de fontes, selecionadas por sua relevância normativa e contextual para a análise da saúde sexual da juventude negra LGBTQIAP+ no Pará e sua interface com o currículo escolar. Em nível nacional, foram examinados documentos basilares como: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em suas diferentes etapas, com ênfase nas competências gerais, temas transversais (Saúde, Diversidade, Direitos) e áreas de conhecimento pertinentes, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), especificamente o volume sobre Orientação Sexual, dada sua influência histórica. No âmbito estadual paraense, a análise concentrou-se no Documento Curricular do Estado do Pará (DCE-PA) para o Ensino Médio (2021), verificando a abordagem das áreas, temas, itinerários e modalidades de ensino em relação às categorias de análise (diversidade sexual/gênero, relações étnico-raciais, juventude negra LGBTQIAP+), complementado pelo Plano Estadual de Educação (PEE/PA - Lei nº 8.301/2015) e por eventuais Diretrizes Curriculares Estaduais adicionais da SEDUC-PA.

Complementarmente, o corpus incorpora a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN - Portaria nº 992/2009), focando em sua interface com a educação e a saúde sexual. A dimensão epidemiológica foi investigada por meio dos Boletins Epidemiológicos de HIV/Aids do Ministério da Saúde (dados recentes de 2023/2024), com especial atenção à desagregação por raça/cor, sexo/gênero, orientação sexual, idade e recortes geográficos (Brasil, Norte, Pará, Belém), e pelo Relatório Anual de Gestão da SESP/PA (exercício 2022), analisando prioridades, ações e a visibilidade (ou invisibilidade) das temáticas e populações em foco nas políticas estaduais de saúde. Fontes complementares, como reportagens e comunicados (G1, Agência Gov), foram utilizadas para contextualizar dados epidemiológicos, sempre que possível cruzando-as com as fontes oficiais.

A coleta dos documentos foi realizada prioritariamente por meio de busca em sítios eletrônicos oficiais do Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde, Governo do Estado do Pará (SEDUC, SESP) e bases de dados acadêmicas (SciELO, Google Scholar) para localizar artigos que analisassem tais documentos. Os dados epidemiológicos foram coletados nos boletins e plataformas oficiais do Ministério da Saúde e, complementarmente, em fontes jornalísticas.

A análise dos documentos seguiu os princípios da análise de conteúdo temática (Bardin, 2011). Inicialmente, realizou-se uma leitura flutuante de todo o material para familiarização. Em seguida, procedeu-se a uma leitura aprofundada, buscando identificar unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) relacionadas às categorias de análise predefinidas, derivadas do referencial teórico e dos objetivos da pesquisa: saúde sexual, educação sexual, orientação sexual, HIV/Aids, IST, prevenção, gênero, identidade de gênero, diversidade sexual, LGBTQIAP+, raça, relações étnico-raciais, população negra, juventude negra, masculinidades negras, interseccionalidade, racismo, discriminação, vulnerabilidade. Analisou-se não apenas a presença explícita desses termos, mas também as abordagens implícitas, as ênfases, as lacunas e os silenciamentos.

Os dados epidemiológicos foram sistematizados e analisados criticamente, buscando identificar padrões, tendências e disparidades relacionadas ao recorte geográfico (Pará vs. Brasil/Norte), etário (juventude) e sociodemográfico (raça/cor, gênero, orientação sexual). A análise buscou correlacionar esses dados com as

discussões sobre vulnerabilidade estrutural e interseccional presentes no referencial teórico. Finalmente, realizou-se um processo de triangulação, articulando as informações extraídas da análise documental (currículos e políticas), os dados epidemiológicos e as categorias conceituais do referencial teórico. Essa triangulação visou construir uma interpretação coesa e crítica sobre como os silêncios e abordagens curriculares podem estar relacionados à vulnerabilidade da juventude negra LGBTQIAP+ ao HIV/Aids no contexto paraense, fundamentando a seção de Resultados e Discussão.

Reconhece-se que a pesquisa possui limitações inerentes à abordagem metodológica escolhida. A análise documental restringe-se ao currículo prescrito e às políticas formuladas, não alcançando diretamente as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas nas escolas (o currículo em ação) ou as percepções e experiências dos próprios sujeitos (jovens, educadores, profissionais de saúde). Outra limitação reside na potencial dificuldade de acesso a documentos curriculares estaduais mais específicos ou a dados epidemiológicos da SESPA com o nível de desagregação desejado, o que pode restringir a profundidade da análise contextualizada no Pará. Apesar dessas limitações, considera-se que a análise documental dos marcos normativos e dos dados oficiais disponíveis oferece um panorama relevante e crítico sobre a problemática investigada.

Resultados e Discussão: O Silêncio na BNCC e PCNs

A análise dos documentos curriculares nacionais e estaduais, cotejada com os dados epidemiológicos e informada pelo referencial teórico adotado, revela um cenário preocupante de silenciamento e invisibilidade que impacta diretamente a saúde sexual da juventude negra LGBTQIAP+ no Pará. Esta seção apresenta os principais achados dessa análise, discutindo como as lacunas curriculares se articulam com as dinâmicas de vulnerabilidade ao HIV/Aids nesse contexto específico.

A análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio (Brasil, 2018a; Brasil, 2018b), evidencia uma abordagem tímida e fragmentada das questões relacionadas à sexualidade, gênero e relações étnico-raciais no que tange à saúde sexual. Embora mencione

temas contemporâneos transversais como Saúde, Diversidade Cultural e Direitos Humanos, a BNCC carece de diretrizes claras e robustas para um trabalho pedagógico que enfrente de forma crítica e interseccional as desigualdades que marcam essas esferas. A saúde sexual, quando abordada, tende a se concentrar em aspectos biológicos da reprodução e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), geralmente na área de Ciências da Natureza, com pouca ou nenhuma articulação com as dimensões sociais, culturais, raciais e de gênero que constituem a sexualidade humana.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Orientação Sexual (Brasil, 1997), embora mais antigos, apresentavam uma proposta um pouco mais abrangente ao reconhecer a sexualidade como uma dimensão humana complexa e propor eixos de trabalho como corpo, gênero e prevenção. No entanto, mesmo os PCN já eram criticados por uma abordagem por vezes normativa e pouco atenta às diversidades. A BNCC, em muitos aspectos, representa um retrocesso em relação aos PCN nesse tema específico, diluindo a discussão sobre sexualidade e gênero e evitando termos considerados “polêmicos”, reflexo das disputas políticas e ideológicas que marcaram sua elaboração (Leão & Ribeiro, 2019). A palavra “gênero” aparece de forma esparsa e muitas vezes desvinculada de uma perspectiva crítica sobre as relações de poder, enquanto “orientação sexual” e “identidade de gênero” são praticamente ausentes. Da mesma forma, embora a BNCC mencione a importância de trabalhar as relações étnico-raciais, falta uma conexão explícita e consistente entre essa temática e a saúde sexual, ignorando como o racismo impacta as experiências afetivas e sexuais da juventude negra.

Esse silêncio ou tratamento superficial nos documentos normativos nacionais tem consequências diretas. Ao não oferecer diretrizes claras e aprofundadas, a BNCC deixa uma lacuna que, na prática, muitas vezes é preenchida pelo conservadorismo, pelo preconceito ou simplesmente pela omissão. A ausência de uma abordagem interseccional que reconheça as especificidades da juventude negra LGBTQIAP+ contribui para a sua invisibilidade no espaço escolar, negando-lhes o direito a uma educação sexual que dialogue com suas realidades, dúvidas e vulnerabilidades. O currículo nacional, nesse sentido, falha em promover uma educação emancipatória e acaba por reforçar, pela omissão, as estruturas de exclusão.

O Currículo Paraense: Entre Reconhecimentos Formais e Lacunas

A busca por documentos curriculares específicos do estado do Pará que detalhassem a implementação da BNCC ou oferecessem diretrizes próprias sobre saúde sexual, gênero e raça revelou-se desafiadora, indicando uma possível lacuna na disponibilidade pública ou na própria produção desses materiais pela SEDUC-PA. O Plano Estadual de Educação do Pará (Lei nº 8.301/2015), embora estabeleça metas gerais relacionadas à superação das desigualdades educacionais e à promoção da educação em direitos humanos, não apresenta estratégias específicas e detalhadas para a abordagem da saúde sexual com recorte interseccional, nesta direção focou-se apenas na BNCC, PCN e no DCE-PA.

A análise se concentrou, então, em como as diretrizes nacionais (BNCC e PCN) poderiam ser interpretadas e aplicadas no contexto paraense, considerando a autonomia relativa dos sistemas de ensino. A ausência de diretrizes estaduais mais robustas que adaptem e aprofundem as discussões propostas (ou omitidas) pela BNCC sugere que o cenário local tende a reproduzir as lacunas nacionais. Isso é particularmente problemático em um estado como o Pará, que, como vimos, apresenta altíssimos índices de HIV/Aids, especialmente entre jovens, e possui uma população com forte presença negra e indígena, cujas especificidades culturais e sociais demandariam abordagens pedagógicas contextualizadas.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), embora seja uma política de saúde, traz diretrizes importantes que deveriam dialogar com a educação, como o reconhecimento do racismo como determinante social da saúde e a necessidade de ações intersetoriais. No entanto, a análise documental não encontrou evidências de uma articulação sistemática entre a PNSIPN e as políticas curriculares no Pará no que diz respeito à saúde sexual da juventude negra. O currículo prescrito, portanto, parece descolado tanto da realidade epidemiológica alarmante do estado quanto das necessidades específicas de sua população jovem e negra.

Por sua vez, o Documento Curricular do Estado do Pará para o Ensino Médio (Seduc/PA, 2021) demonstra uma preocupação explícita com as diversidades

regionais e culturais amazônicas, bem como com a necessidade de uma educação antirracista. Isso se reflete na inclusão de seções específicas como “Educação para as Relações Étnico-Raciais” (5.8), “Educação Escolar Quilombola” (5.9) e “Educação Escolar Indígena” (5.11). O documento também menciona, em seus princípios (2.1), o “Respeito às Diversas Culturas Amazônicas” e, na concepção de Ensino Médio (3.1), o foco nas “juventudes em suas pluridiversidades e territorialidades”. Há, ainda, a menção às Competências Gerais da BNCC, que incluem o respeito à diversidade e o combate a preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, etc. (Quadro 1, p. 54).

Contudo, ao se aprofundar a análise em busca de uma abordagem integrada e interseccional da saúde sexual, as lacunas tornam-se evidentes. A categoria “saúde sexual” ou “educação sexual” não aparece como um tema central ou um componente curricular explícito e detalhado. Quando temas relacionados à saúde são abordados, geralmente ocorrem de forma fragmentada e predominantemente biológica, especialmente na área de Ciências da Natureza (4.1.3). Embora se espere que essa área trate de temas como reprodução e prevenção de ISTs/HIV, o DCEPA-EM não oferece diretrizes claras sobre como abordar esses assuntos de forma a contemplar a diversidade sexual e de gênero ou as especificidades raciais. A discussão sobre prevenção, por exemplo, tende a ser genérica, sem reconhecer as diferentes vulnerabilidades e contextos sociais.

A análise do Documento Curricular do Estado do Pará para o Ensino Médio (DCEPA/EM) revela limitações significativas na abordagem interseccional da saúde sexual, gênero e raça, mesmo em áreas potencialmente propícias como Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (4.1.4). Embora temas como identidade, direitos humanos e discriminação sejam mencionados, falta uma conexão explícita e sistemática com as vulnerabilidades específicas da juventude negra LGBTQIAP+. A seção sobre Relações Étnico-Raciais (5.8), por exemplo, cumpre a Lei 10.639/03, mas não aprofunda como o racismo impacta a saúde sexual negra ou se cruza com a LGBTfobia. Similarmente, as discussões sobre gênero e sexualidade são frequentemente diluídas em noções gerais de diversidade, sem abordar adequadamente identidades de gênero, orientações sexuais específicas ou as violências enfrentadas pela população LGBTQIAP+ negra. A sigla sequer é

mencionada explicitamente no documento, refletindo não só um silenciamento conceitual e terminológico, mas também um silenciamento que flerta com a necropolítica.

Essa abordagem fragmentada e superficial, que se estende à unidade de “Projeto de Vida” (4.2.4), um espaço que poderia explorar identidade e saúde sexual de forma integrada, mas cujas orientações permanecem genéricas, configura um “currículo do silêncio”. Tal currículo, ao invisibilizar as necessidades e complexidades interseccionais da juventude negra LGBTQIAP+, falha em sua função protetiva e emancipatória. Este silenciamento não é neutro; ele reproduz normas heterocisgêneras e o racismo estrutural, contribuindo diretamente para a manutenção do ciclo de vulnerabilidade que expõe essa população a riscos elevados, como as altas taxas de HIV/Aids observadas no Pará, conforme apontam os dados epidemiológicos.

O Relatório da SESP/2022 e a Vulnerabilidade ao HIV no Contexto Paraense

O cruzamento entre os dados epidemiológicos e a análise curricular no Pará torna explícita a gravidade do silenciamento. De um lado, temos um estado com taxas elevadas de HIV/Aids, onde a infecção afeta desproporcionalmente a população negra (63,2% dos novos casos no Brasil em 2023) e a juventude (faixa etária de 20-34 anos como a mais atingida), com destaque para homens que fazem sexo com homens (HSH). Belém figura entre as capitais com maior incidência. De outro lado, temos um currículo (nacional e, presumivelmente, estadual) que evita ou trata superficialmente as questões de raça, gênero e sexualidade, falhando em oferecer uma educação sexual crítica e contextualizada.

Essa desconexão é fatal. Como argumentado por Mbembe (2018), a necropolítica opera também pela negligência e pelo abandono, pela recusa em garantir as condições para a vida digna de determinados grupos. O silêncio curricular sobre as experiências e vulnerabilidades da juventude negra LGBTQIAP+ no Pará pode ser interpretado como um mecanismo necropolítico que contribui para sua maior exposição ao HIV/Aids e a outras violências. Ao não nomear o racismo e a LGBTfobia

como fatores que impactam a saúde sexual, a escola nega a esses jovens ferramentas para compreenderem suas próprias vivências e para reivindicarem seus direitos.

A questão das masculinidades negras, conforme discutido por Alan Ribeiro (2015) no contexto amazônico, é central aqui. A pressão social para corresponder a modelos hegemônicos de masculinidade, muitas vezes associados à virilidade exacerbada, à negação da vulnerabilidade e à homofobia internalizada, pode ser particularmente intensa para jovens negros em um contexto de racismo estrutural. A falta de espaços escolares seguros para discutir afetividade, prazer, consentimento, diversidade sexual e de gênero, e para desconstruir esses modelos tóxicos de masculinidade, deixa esses jovens desamparados. O silêncio sobre as masculinidades negras no currículo de saúde sexual impede que se abordem as formas específicas como o racismo e o machismo impactam suas vidas sexuais e sua relação com a prevenção, incluindo a adesão a métodos como a PrEP, que exige acompanhamento médico regular e diálogo aberto sobre práticas sexuais.

A invisibilidade das identidades LGBTQIAP+ negras é ainda mais acentuada. O currículo heteronormativo e cisnormativo, combinado com o racismo, cria um ambiente duplamente hostil para esses jovens, dificultando a construção de uma autoimagem positiva, o estabelecimento de relações saudáveis e o acesso a informações e serviços de saúde adequados. A vulnerabilidade ao HIV/Aids, nesse grupo, é potencializada pela falta de reconhecimento e pela intersecção de múltiplas formas de discriminação (racismo, LGBTfobia, machismo, clasismo). A análise do Relatório Anual de Gestão da SESPA de 2022 (Sespa, 2023) corrobora e aprofunda a percepção de invisibilidade institucional. O relatório, extenso e detalhado em diversas áreas de gestão, apresenta informações sobre ações e indicadores de saúde no estado, mas demonstra uma notável ausência de dados e ações especificamente voltadas para a saúde sexual da juventude negra LGBTQIAP+.

O relatório menciona ações gerais de saúde que tangenciam a temática, como a realização de testes rápidos para Sífilis, Hepatites B e C e HIV no âmbito do programa “Saúde por todo Pará” (p. 13), indicando a disponibilidade de diagnóstico. Cita também o “Plano de Ação de Eliminação da Sífilis Congênita” (p. 17), focando em uma IST específica, mas no contexto da transmissão vertical. Há menções a

campanhas de prevenção mais amplas, como as de vacinação, combate à dengue e malária, e ações voltadas para a saúde indígena e saúde mental (p. 16-17).

O relatório de gestão da secretaria estadual de saúde do Pará, no entanto, carece de informações cruciais para enfrentar a epidemia de HIV/Aids na juventude negra LGBTQIAP+, pois não apresenta dados epidemiológicos sobre HIV/ISTs desagregados de forma interseccional (combinando raça/cor, orientação sexual/identidade de gênero e faixa etária), o que impede a visualização precisa dos grupos mais afetados e o planejamento de ações direcionadas, apesar de dados gerais apontarem alta incidência nesses segmentos. Adicionalmente, o documento omite a descrição de programas ou políticas de prevenção de HIV/ISTs (incluindo estratégias de prevenção combinada ou foco na PrEP) direcionados explicitamente a essa população vulnerabilizada, limitando-se a mencionar ações genéricas ou focadas em outros grupos.

A ausência dessas informações e ações no principal documento de prestação de contas da gestão estadual de saúde é sintomática. Reflete uma possível baixa prioridade política dada à saúde sexual dessa população específica ou uma dificuldade institucional em reconhecer e abordar as complexas intersecções de opressão que geram vulnerabilidades. Esse vazio institucional no âmbito da saúde dialoga diretamente com o silêncio curricular no campo da educação. A falta de dados e políticas específicas na saúde dificulta a formulação de demandas por ações educativas mais eficazes, enquanto a ausência de uma educação sexual crítica e inclusiva na escola contribui para a desinformação, o estigma e a baixa percepção de risco entre os jovens, dificultando o acesso aos serviços de saúde existentes.

Discutindo os Silêncios: Por Currículos Sexualmente Emancipadores

A superação do quadro de vulnerabilidade da juventude negra LGBTQIAP+ no Pará exige uma ruptura radical com os “currículos do silêncio”, demandando a construção de propostas pedagógicas e políticas curriculares explicitamente antirracistas, antissexistas, anti-LGBTfóbicas e sexualmente emancipadoras. Tal abordagem transcende a mera informação biomédica, devendo primeiramente reconhecer e nomear as opressões estruturais como o racismo e a LGBTfobia,

analisando suas intersecções e impactos na saúde e vida desses jovens. É fundamental valorizar positivamente suas identidades e culturas, promovendo representatividade, combatendo estereótipos e articulando efetivamente a Lei 10.639/03 com as discussões sobre gênero e sexualidade.

No que tange à saúde sexual, impõe-se uma perspectiva baseada nos direitos sexuais e reprodutivos, que compreenda a sexualidade como dimensão positiva da vida, ligada ao prazer, afeto e autonomia. Isso implica discutir criticamente normas de gênero e sexualidade, desconstruir modelos hegemônicos de masculinidade/feminilidade, valorizar a diversidade identitária e criar espaços seguros para diálogo sobre prevenção, cuidado e consentimento, livres de estigma. A formação continuada de professores é central, instrumentalizando-os teórica e metodologicamente para abordar essas complexidades de forma crítica e sensível. Adicionalmente, é imprescindível fortalecer a articulação intersetorial entre educação e saúde, aproximando diretrizes como a PNSIPN das práticas escolares e garantindo acesso facilitado e acolhedor da juventude negra LGBTQIAP+ a informações, insumos (como PrEP) e cuidado integral.

Os silêncios identificados no currículo e nas políticas de saúde não são meras omissões, mas manifestações de mecanismos estruturais de poder e exclusão, alinhados à lógica da necropolítica (Mbembe, 2018). Ao negar reconhecimento, informação e cuidado específico, as instituições contribuem para a exposição desses jovens a riscos que podem levar à doença e morte prematura, operando uma gestão diferencial da vida que negligencia o bem-estar de grupos considerados menos dignos de investimento. O silêncio sobre HIV/Aids, racismo e LGBTfobia nos espaços formais funciona, assim, como um dispositivo necropolítico que precariza vidas.

Esse processo é mediado pelo racismo institucional (Almeida, 2019), que se materializa na incapacidade das instituições de promoverem equidade, resultando em desvantagens sistemáticas para grupos racializados através de normas, práticas e culturas organizacionais, como a ausência de dados desagregados, programas específicos, formação adequada e currículos eurocêntricos/heteronormativos. A análise interseccional (Crenshaw, 1989; Collins, 2000; Curiel, 2020) é crucial para entender que a vulnerabilidade advém da interação complexa de marcadores (raça, gênero, sexualidade, classe), potencializando riscos. Ignorar as masculinidades

negras (hooks, 2004; Ribeiro, 2017) também perpetua estereótipos e dificulta a abordagem de vulnerabilidades específicas. Consta-se, portanto, uma profunda desconexão entre a realidade epidemiológica e as respostas institucionais, onde os silêncios documentais se revelam preenchidos pela lógica da necropolítica e do racismo.

Considerações Finais: Rompendo os Silêncios, Construindo Vidas

Esta pesquisa analisou o silenciamento sobre a saúde sexual da juventude negra LGBTQIAP+ nos currículos e políticas de saúde do Pará, focando nas masculinidades negras e na vulnerabilidade ao HIV/Aids. A análise do Documento Curricular do Estado do Pará para o Ensino Médio (DCEPA-EM) e do Relatório de Gestão da Sespa (2022), à luz de um referencial teórico interseccional e crítico, confirmou a hipótese inicial de um silenciamento estrutural que invisibiliza as necessidades e experiências desse grupo populacional. Os resultados evidenciaram que o DCEPA-EM, apesar de reconhecimentos formais da diversidade, carece de uma abordagem consistente que integre raça, gênero e sexualidade no ensino de saúde sexual, apresentando diretrizes genéricas, omitindo terminologias essenciais como “LGBTQIAP+” e desvinculando as discussões sobre racismo (Lei 10.639/03) de seus impactos específicos na saúde sexual.

Essa invisibilidade é espelhada no relatório da Sespa, marcado pela ausência de dados epidemiológicos sobre HIV/Aids desagregados de forma interseccional e pela falta de programas de prevenção direcionados, o que impede o planejamento de políticas eficazes e reforça a vulnerabilidade. Argumentou-se que esses silêncios operam como mecanismos de necropolítica e racismo institucional, contribuindo para a precarização da vida e a exposição a riscos evitáveis, como as altas taxas de HIV/Aids entre jovens negros no Pará.

Diante desse quadro, torna-se imperativo romper com os currículos do silêncio e construir práticas e políticas antirracistas, antissexistas e anti-LGBTfobia. Recomenda-se, no âmbito curricular e pedagógico, a revisão do DCEPA-EM para incorporar explicitamente a interseccionalidade na saúde sexual, abordando criticamente identidade de gênero, orientação sexual, prevenção, consentimento e

prazer, considerando especificidades raciais e utilizando materiais representativos, além de promover diálogo seguro e formação continuada de professores.

No campo da saúde pública, é crucial que a SESPA e secretarias municipais implementem a coleta e análise sistemática de dados interseccionais sobre HIV/ISTs; desenvolvam e financiem programas de prevenção combinada específicos para a juventude negra LGBTQIAP+, em diálogo com as comunidades; garantam acesso acolhedor aos serviços, combatendo discriminações institucionais; e fortaleçam a articulação intersetorial saúde-educação. Sugere-se, ainda, pesquisas futuras que explorem o cotidiano escolar (etnografias), as experiências dos jovens e o impacto de intervenções interseccionais.

Em conclusão, enfrentar a epidemia de HIV/Aids entre a juventude negra LGBTQIAP+ no Pará exige mais do que avanços biomédicos. Requer um compromisso político e institucional com a desconstrução do racismo e da LGBTfobia que estruturam as relações sociais e as práticas institucionais. Romper os silêncios nos currículos e nas políticas de saúde é um passo fundamental para garantir o direito à saúde, à educação e à vida digna para todos, reconhecendo que vidas negras e LGBTQIAP+ importam e precisam ser ativamente protegidas e celebradas.

Referências

AGÊNCIA GOV. No Brasil, 67,7% das gestantes diagnosticadas com HIV são negras. **Agência Gov**, 25 out. 2023. Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/no-brasil-67-7-das-gestantes-diagnosticadas-com-hiv-sao-negras>. Acesso em: 23 maio 2025.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília, DF: MEC, 2018a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt->

br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 2018b. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embai_xa_site_110518.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009**. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 58, 14 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Saúde divulga dados epidemiológicos sobre HIV e aids no Brasil. **Notícias**, 11 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/saude-divulga-dados-epidemiologicos-sobre-hiv-e-aids-no-brasil>. Acesso em: 23 maio 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Tradução de Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

CAETANO, Eduardo Ferreira da Silva; CAMPOS, Ivete Maria Barbosa Madeira. A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, e240043, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240043>. Acesso em: 27 maio 2025.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2023.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics.



University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, art. 8, p. 139-167, 1989.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules; MASSINO, Sabine (Coords.). **Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe**. Bogotá: **Corporación La Morada**; Brecha Lésbica; Mujeres al Borde, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 1967.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

G1 PARÁ. Belém é a 2ª capital com mais casos de HIV no Brasil: saiba onde fazer teste de IST/Aids. **G1 Pará**, 02 dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/pa/para/noticia/2023/12/02/belem-e-a-2a-capital-com-mais-casos-de-hiv-no-brasil-saiba-onde-fazer-teste-de-istids.ghml>. Acesso em: 23 maio 2025.

G1 SAÚDE. Cerca de 11 mil brasileiros morreram de Aids em 2022; negros são quase o dobro de brancos. **G1 Saúde**, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/11/30/cerca-de-11-mil-brasileiros-morreram-de-aids-em-2022-negros-sao-quase-o-dobro-de-brancos.ghml>. Acesso em: 23 maio 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

hooks, bell. **We real cool: Black men and masculinity**. New York: Routledge, 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2018.

PARÁ. **Lei nº 8.301, de 23 de setembro de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE/PA e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, PA, 24 set. 2015.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Documento Curricular do Estado do Pará: Etapa Ensino Médio. Volume II**. Belém: SEDUC/PA, 2021. Disponível em: https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/probncc/ProBNCC_DCEPA-12072021_compressed-3b8b0.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

PARÁ. Secretaria de Estado de Saúde Pública. **Relatório Anual de Gestão: Exercício 2022**. Belém: **SESPA**, 2023. Disponível em: <http://www.saude.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/RELATORIO-DE-GESTAO-2022.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.

PEREIRA, Guilherme da Silva. Corpos que o Estado não vê : o silêncio jurídico e a ausência de políticas públicas para homens negros no Brasil. **diké**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 122–142, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/dike/article/view/22975>. Acesso em: 21 fev. 2026.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homens Negros, Negro Homem: sob a perspectiva do feminismo negro. **Revista de Estudos Interdisciplinares Africanos e da Diáspora**. REIA, Recife, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/aa8cb25d-bd52-4f38-866b-484a0cfbfca5/content> Acesso em: 23 maio 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 489-506, set./dez. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2025.

CURRICULA OF SILENCE:

Black LGBTQIAP+ Youth and Invisibility in Sexual Health Education in Pará

Abstract

This article analyzes the curricular silencing surrounding the sexual and affective experiences of Black lesbian, gay, bisexual, trans, queer, intersex, asexual, pansexual, and other identities (LGBTQIAP+) youth in the state of Pará, Brazil, and its connection to HIV/Aids vulnerability. The objective is to investigate how state curricula and educational policies address or omit the sexual health of this group, with a focus on Black masculinities and dissident identities. Employing a documentary analysis methodology examining national and state curricular policies alongside epidemiological data, the study is grounded in critical theoretical frameworks including necropolitics, gender performativity, and intersectionality. Findings reveal a significant invisibility of these young people within official documents, a phenomenon that both reflects and reinforces institutional racism. This invisibility operates according to a necropolitical logic, contributing to the precarity of Black bodies. The study concludes that such silencing contributes to the high rates of Human Immunodeficiency Virus (HIV) and Acquired Immunodeficiency Syndrome (Aids) infection in the region. It underscores the urgent need to develop anti-racist, inclusive sexual health curricula that acknowledge the complex intersectionalities of race, gender, and sexuality within the context of Pará.

Keywords

Sexual Health; Black Youth; LGBTQIAP+; Black Masculinities; HIV/Aids.

Agradecimentos: Agradeço à Professora Dra. Luanna Tomaz de Souza, pelas contribuições fundamentais à construção deste artigo, especialmente no âmbito da disciplina *Políticas públicas de gênero, raça e sexualidade*, ministrada no Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, no 1º semestre de 2025. As reflexões teóricas e metodológicas desenvolvidas durante a disciplina foram decisivas para minha formação e aprofundamento dos debates aqui apresentados.

Agência financiadora: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Contribuições das pessoas autoras: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: Não se aplica.

Conflito de interesses: Inexistência de conflito de interesse.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: Foi utilizada a ferramenta Manus.ia na versão 1.6 Lite, em fevereiro de 2026 para revisão gramatical do texto e organização de tópicos do artigo. A ferramenta não foi utilizada para substituir a análise crítica, a interpretação dos resultados ou a formulação das conclusões. Todo conteúdo gerado ou revisado com apoio de inteligência artificial foi conferido pela pessoa autora que assume integral responsabilidade pela precisão, originalidade e integridade do trabalho final.

Pessoa autora correspondente: Guilherme da Silva Pereira, Universidade Federal do Pará (UFPA), E-mail: Gui_wilian3@hotmail.com, Rua Augusto Corrêa, nº 01 – Guamá/ CEP: 66075-110 – Belém, PA – Brasil.

Recebido em: 03/06/2025

Aceito em: 01/07/2026

